SBPAR Participações S.A.

ENPJ nº 09.465.368/0001-08
Relatório de Administração

Em atendimento às disposições legais, apresentamos o Relatório de Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Superfêrli, relativas aos exercícios encerrados em 31/12/2020, 2019 e 2018, preparadas com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A SBPAR Participações S.A. ("Companhia"), *holding* do Grupo Superfêrli, está sediada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berinzi, nº 105, 4º andar - Cidade Monções - São Paulo/SP. A Companhia: O Grupo Superfêrli iniciou suas operações em 1999, sendo pioneiro no desenvolvimento e aplicação de tecnologia para a realização de transações on-line de leilões e vendas diretas de bens de capital e de consumo duráveis na América Latina. A Companhia e suas controladas oferecem ao mercado um ecossistema de plataformas transacionais, solução tecnológica proprietária com diferentes modelos e níveis de gestão aplicáveis às necessidades de seus clientes, além de serviços de valor agregado e soluções financeiras. A Companhia atende, através de suas soluções, agentes de venda que atuam em nome próprio (empresas vendedoras) e agentes de venda mandatados por terceiros para a venda de bens (Lado Leilões Oficiais, Pregoeiros Administrativos, Corretores de Imóveis, Empresas Organizadoras de Leilão e Empresas Intermediadoras da Venda Direta) e todo o universo de compradores potenciais interessados em bens. O Grupo Superfêrli provê para

seus clientes: • **Paas (platform as a service)**: plataformas tecnológicas para Digitalização, Gestão e Comercialização ("DGC") de bens de capital e de consumo duráveis; o agente de venda licencia a plataforma e faz a gerência de todo o processo DGC dos bens de capital e de consumo duráveis a serem comercializados, valendo-se do fomento logístico e podendo aproveitar a audiência qualificada e a credibilidade do Superfêrli Marketplace para potencializar suas transações. • **Serviços de Valor Agregado**: serviços de Digitalização, Gestão e Comercialização de bens de capital e de consumo duráveis a serem prestados a empresas vendedoras que desejam comercializar seus bens (digitalização dos bens, precificação, marketing, gestão logística, gerenciamento total do processo de comercialização e transferência dos bens de liquidação financeira). Esta solução geralmente é procurada por empresas que vendem com menor recorrência ou volume e/ou que não têm processos de venda de bens com *core-business*, e desejam estrategicamente terceirizar a gestão dos seus bens de capital e não depender esforços para administração do processo. • **Soluções Financeiras**: plataforma de meios de pagamento para gestão da liquidação financeira das transações realizadas no Superfêrli Marketplace, que oferece aos compradores, vendedores e agentes de venda contábeis digitais para pagamento e recebimento dos bens. A fintech S4Payments, controlada da Companhia, promove o split para liquidação automática dos valores relativos ao preço do bem em favor dos vendedores, dos fees da plataforma e das comissões de intermediação por meio de uma solução de pagamento. • **DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS**

favor dos agentes de venda, sem a necessidade de processamento humano, reduzindo significativamente os riscos de erros, fraudes ou desvios (governança e conformidade). **Nossos valores**: Ousadia para criar e empreender, inovação, foco no cliente, excelência operacional, ética e transparência, valorização das pessoas, sustentabilidade. **Desempenho operacional e financeiro consolidado:** a) Patrimônio líquido e lucro líquido: A Companhia encerrou o triênio com patrimônio líquido de R\$ 33.611 mil em 2020, R\$ 22.631 mil em 2019 e R\$ 13.569 mil em 2018. O lucro líquido no triênio atingiu R\$ 18.937 mil em 2020, R\$ 11.902 mil em 2019 e R\$ 3.244 mil em 2018 (CAGR 14%). b) Receita operacional líquida: A receita operacional líquida no triênio atingiu R\$ 139.036 mil em 2020, sendo R\$ 116.616 mil em 2019 e R\$ 81.741 mil em 2018 (CAGR 30%). c) Despesas comerciais e administrativas: As despesas comerciais e administrativas foram de R\$ 54.110 mil em 2020, R\$ 55.240 mil em 2019 e R\$ 41.743 mil em 2018 (CAGR 14%). c) EBITDA e Margem EBITDA: O EBITDA é uma medida não contábil elaborada pela Companhia de acordo com a Instrução CVM nº 527, de 04/10/2012, conciliada com as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Superfêrli e consiste no lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro e pelas despesas de depreciação e amortização ("EBITDA"). A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pelas receitas líquidas (Margem EBITDA). Apresentamos a seguir a reconciliação da Administração

EBITDA e margem EBITDA para os exercícios findos em 31/12/2020, 2019 e 2018:

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	18.937	11.902	3.244
Lucro atribuível aos não controladores	3.257	2.467	823
Impostos (IRPJ/CSLL)	13.215	10.306	5.411
Resultado financeiro líquido	193	3.008	1.821
Depreciação e amortização	6.730	5.906	2.411
EBITDA	42.332	33.589	12.871
Resultado operacional líquido	139.036	116.716	81.741
Margem EBITDA	30,4%	28,8%	15,9%
CAGR: <i>Compound Annual Growth Rate</i> (Taxa de Crescimento Anual Composta). Auditoria das demonstrações financeiras: A auditoria das demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios findos em 31/12/2020, 2019 e 2018 foi realizada pela Grant Thornton Brasil, que emitiu relatório de auditoria sem ressalvas datado de 02/09/2021. Agradecimentos: A Administração do Grupo Superfêrli agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e parceiros e a comunidade pelo apoio e confiança depositados, assim como a todos os profissionais que tornaram possível tal desempenho.			

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31/12/2020, 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2018	2017
ATIVO	Nota	2020	2019	2018
CIRCULANTE	2.185	1.188	535	82.463
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.220	209	126
Contas a receber	7	-	-	3.452
Outras a receber - partes relacionadas	16	338	-	-
Adiantamentos	8	50	54	7
Tributos a recuperar	9	379	233	238
Mútuos a receber	16	-	692	164
Tributos diferidos	10	-	-	944
Despesas a apropriar	-	-	-	514
Outros valores a receber	11	198	-	725
NÃO CIRCULANTE	34.268	24.226	16.322	81.559
Depósitos judiciais	-	-	-	11
Mútuos a receber	16	5.135	1.910	899
Tributos diferidos	10	-	-	285
Outros valores a receber	11	650	-	1.150
Investimentos	12	28.443	22.316	15.423
Imobilizado	14	14,83	-	3.018
Direito de uso	13	-	-	8.624
Intangível	15	-	-	65.285
PASSIVO	36.453	25.414	16.857	164.022
CIRCULANTE	6.304	5.154	3.585	61.039
Fornecedores	17	11	58	19
Empresas e financiamentos	21	-	-	3.545
Obrigações trabalhistas	18	71	205	95
Obrigações tributárias	19	22	4	5
Passivo de arrendamento	22	-	-	3.562
Mútuos a pagar	22	-	1.046	55
Aquisição de participação societária	12	-	-	24,96
Obrigações derivadas de leilões	20	-	-	62,73
Provisão para perda em investimentos	12	6,90	3,79	3,403
Outras obrigações	110	52	8	5,622
NÃO CIRCULANTE	-	-	-	10,46
Empréstimos e financiamentos	21	-	-	16,908
Mútuos a pagar	16	-	-	1,046
Provisão para litígios	22	-	-	1,185
Passivo de arrendamento	22	-	-	6,278
Aquisição de participação societária	12	-	-	20,545
Tributos diferidos	10	-	-	3,564
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24.309,149	20.260	12.226	33,611
Capital social	2.097	2.097	2.097	2.097
Reserva legal	419	419	419	419
Reserva de lucros	28.321	18.298	9.766	28.321
Ajustes de conversão	(686)	(554)	(56)	(686)
Participação de minoritários	38,83	25,414	16,857	164,022
TOTAL DO PASSIVO	36.453	25.414	16.857	164,022

FINDOS EM 31/12/2020, 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2018	2017
RECEITAS	26	-	-	-
Receita líquida	26	-	-	-
(-) Custos dos serviços	27	(1.786)	(2.118)	(1.414)
Despesas comerciais	27	(693)	(479)	(225)
Despesas administrativas	27	(693)	(479)	(225)
Outras receitas e despesas operacionais	27	714	(33)	(62)
Perda por distribuição desproporcional de lucros	12	(3.078)	(4.262)	(3.942)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	(5.045)	(6.892)	(5.643)	35.602
Resultado financeiro	28	925	(65)	21
Resultado de equivalência patrimonial	12	23.057	18.859	8.866
Lucro antes do IRPJ e CSLL	18.937	11.902	3.244	35.409
IRPJ/CSLL	29	-	-	(9.434)
IRPJ/CSLL - Diferido	29	-	-	(3.781)
Lucro atribuível aos não controladores	18.937	11.902	3.244	18.937
Lucro líquido do exercício	18.937	11.902	3.244	18.937
Lucro básico e diluído por ação	R\$9,03	R\$5,68	R\$1,55	R\$1,55

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2020, 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)	2020		2019		2018	
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
RECEITAS	26	-	-	-	-	-
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	-	151.674	126.722	87.527
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(3.385)	(5.193)	(4.802)	(73.346)	(52.762)	(45.354)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	-	(48.918)	(29.051)	(25.304)
Retrocessões e serviços de terceiros	(877)	(448)	(222)	(17.795)	(1.326)	(11.840)
Propaganda, Promoções e Publicidade	-	-	-	(4.12)	(1.508)	(134)
Viagens	(135)	(434)	(575)	(860)	(2.404)	(2.709)
Perda por distribuição desproporcional em controladas	(3.078)	(4.262)	(3.942)	(3.078)	(4.262)	(3.942)
Reversão de despesas e despesas operacionais	705	(49)	(63)	1.433	(2.211)	(2.175)
Valor Adicionado Bruto	(3.385)	(5.193)	(4.802)	78.238	73.960	42.173
Depreciação e Amortização	-	-	-	(6.730)	(5.906)	(2.411)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	(3.385)	(5.193)	(4.802)	71.508	68.054	39.762
Valor Adicionado Recebido em Transfêrência	24.036	18.869	8.899	4.640	3.811	1.840
Resultado de equivalência patrimonial	23,057	18,859	8,866	-	-	-
Receitas financeiras	979	10	23	4.640	3.811	1.840
Valor Adicionado Total a Distribuir	20,651	13,676	4,087	76,238	71,865	41,602
Personal	1,651	1,684	839	21,142	28,855	15,313
Impostos, taxas e contribuições	8	15	2	27,703	22,139	12,314
Remuneração de capitais de terceiros	59	75	2	5,199	6,502	6,908
Juros	2	36	52	337	992	835
-Variação cambial	-	-	-	1.812	1.826	856
-Aluguéis	-	-	-	366	(315)	3.986
-Outras	53	15	2	2.484	3.999	1.231
Remuneração de Capitais Próprios	18,937	11,902	3,244	14,222	14,369	4,067
-Lucro líquido do exercício	18,937	11,902	3,244	18,937	11,902	3,244
-Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-
Distribuição do Valor Adicionado	20,651	13,676	4,087	76,238	71,865	41,602

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2020, 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)	2020		2019		2018	
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais	18.937	11.902	3.244	35.409	24.675	9.478
Lucro líquido antes do IRPJ e CSLL	18.937	11.902	3.244	35.409	24.675	9.478
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com os itens que não afetam as disponibilidades	-	-	-	6.730	5.906	2.411
Depreciação e amortização	-	-	-	6.730	5.906	2.411
Resultado da alienação de bens	-	-	-	3.963	67	1
IRPJ/CSLL	-	-	-	(13.215)	(10.306)	(5.411)
Variação cambial	-	-	-	(10)	77	(30)
Resultado de equivalência patrimonial	(23,057)	(18,859)	(8,866)	-	-	-
Perda por distribuição desproporcional de lucros	3,078	4,262	3,942	-	-	-
Outros ajustes	(63)	20	11	529	41	(2)
Juros sobre empréstimos e arrendamentos	-	-	-	2.338	4.457	556
Diminuição (aumento) em ativos	-	-	-	(294)	1.712	(1.351)
Contas a receber - partes relacionadas	(338)	-	-	-	-	-
Adiantamentos e terceiros	4	(47)	(7)	(444)	1.147	(1.532)
Tributos a recuperar e diferidos	(146)	5	-	(3.865)	(908)	(75)
Mútuos a receber	(2.533)	(1.539)	643	(39)	90	3.057
Despesas a apropriar	-	-	-	965	721	(1.889)
Depósito judicial	-	-	-	-	54	(10)
Outros créditos	(848)	-	-	(490)	(43)	(780)
Aumento (diminuição) em passivos	(47)	39	15	672	(53)	(240)
Contas a pagar - partes relacionadas	-	-	-	-	-	-
Obrigações e encargos trabalhistas	(134)	11	78	1.505	1.324	192
Obrigações tributárias	18	(1)	(24)	3.659	2.560	62
Provisão para partes relacionadas	(1.046)	(55)	80	676	(839)	(3.866)
Transação para litígios	-	-	-	338	794	53
Tributos diferidos	-	-	-	-	3.564	-
Obrigações derivadas de leilões	-	-	-	(10.368)	22.361	6.863
Outros passivos	58	44	(51)	2.004	540	(18)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	(6.117)	(4.119)	(935)	33.604	54.226	6.141
Aquisições de imobilizado	-	-	-	(1.875)	(1.637)	(388)
Adoção inicial / novos contratos Direto de uso	-	-	-	(6.675)	(11.507)	-
Aquisições / alienação de investimento	(1.700)	(1.100)	(67)	(3.346)	(4.031)	(723)
Ajustes de conversão	115	(579)	(291)	590	(587)	(21)
Anuladas / novas arrendamentos (liquidez de baixas)	-	-	-	(8.800)	(860)	(1.096)
Caixa líquido obtido (utilizado) nas atividades de investimento	16.242	9.251	5.636	-	-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	10.125	5.132	4.309	-	-	-
Captação de empréstimos	-	-	-	20.313	12.226	3.000
Pagamento de empréstimos	-	-	-	(7.194)	(11.340)	(962)
Pagamento de arrendamentos	-	-	-	(4.997)	(4.323)	-
Anuladas / novas arrendamentos (liquidez de baixas)	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	(8,914)	(3,370)	(4,435)	(11,699)	(4,996)	(5,731)
Caixa líquido obtido (utilizado) nas atividades de financiamento	(8,914)	(3,370)	(4,435)	(215)	1.452	(4.003)
Caixa e equivalentes de caixa	1.011	83	108	13.403	37.046	14.410
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.220	209	126	68.880	54.880	17.834
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	1.011	83	108	13.403	37.046	14.410

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: 1.1. Informações gerais: O Grupo Superfêrli foi fundado em 1999, sendo pioneiro no desenvolvimento e aplicação de tecnologia para a realização de transações on-line de leilões e vendas diretas de bens de capital e de consumo duráveis na América Latina. A SBPAR Participações S.A. ("SBPAR", "Companhia" ou "Controladora") foi constituída em 03/02/2008, e está sediada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berinzi, nº 105, 4º andar - Cidade Monções - São Paulo/SP. A SBPAR detém a participação societária realizada em 2017, SBPAR Set, uma holding das empresas operacionais do Grupo Superfêrli. A Companhia e suas controladas oferecem ao mercado um ecossistema de plataformas transacionais, solução tecnológica proprietária com diferentes modelos e níveis de gestão aplicáveis às necessidades de seus clientes, além de serviços de valor agregado e soluções financeiras. A Companhia atende, através de suas soluções, agentes de venda que atuam em nome próprio (empresas vendedoras) e agentes de venda mandatados por terceiros para a venda de bens (Lado Leilões Oficiais, Pregoeiros Administrativos, Corretores de Imóveis, Empresas Organizadoras de Leilão e Empresas Intermediadoras da Venda Direta) e todo o universo de compradores potenciais interessados na aquisição dos bens. • **Paas (platform as a service)**: plataformas tecnológicas para Digitalização, Gestão e Comercialização ("DGC") de bens de capital e de consumo duráveis. O agente de venda licencia a plataforma e faz a gerência de todo o processo DGC dos bens de capital e de consumo duráveis a serem comercializados, valendo-se do fomento logístico e podendo aproveitar a audiência qualificada e a credibilidade do Superfêrli Marketplace para potencializar suas transações. • **Serviços de Valor Agregado**: serviços de Digitalização, Gestão e Comercialização de bens de capital e de consumo duráveis a serem prestados a empresas vendedoras que desejam comercializar seus bens (digitalização dos bens, precificação, marketing, gestão logística, gerenciamento total do processo de comercialização e transferência dos bens de liquidação financeira). Esta solução geralmente é procurada por empresas que vendem com menor recorrência ou volume e/ou que não têm processos de venda de bens com *core-business*, e desejam estrategicamente terceirizar a gestão das vendas dos seus bens para não depender esforços para administração do processo. • **Soluções Financeiras**: plataforma de meios de pagamento para gestão da liquidação financeira das transações realizadas no Superfêrli Marketplace, que oferece aos compradores, vendedores e agentes de venda contábeis digitais para pagamento e recebimento dos bens. A fintech S4Payments, controlada da Companhia, promove o split para liquidação automática dos valores relativos ao preço do bem em favor dos vendedores, dos fees da plataforma e das comissões de intermediação por meio de uma solução de pagamento. • **DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS**

favor dos agentes de venda, sem a necessidade de processamento humano, reduzindo significativamente os riscos de erros, fraudes ou desvios (governança e conformidade). **Nossos valores**: Ousadia para criar e empreender, inovação, foco no cliente, excelência operacional, ética e transparência, valorização das pessoas, sustentabilidade. **Desempenho operacional e financeiro consolidado:** a) Patrimônio líquido e lucro líquido: A Companhia encerrou o triênio com patrimônio líquido de R\$ 33.611 mil em 2020, R\$ 22.631 mil em 2019 e R\$ 13.569 mil em 2018. O lucro líquido no triênio atingiu R

contingua representa a soma dos impostos correntes e diferidos. **Impostos correntes:** O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes da Companhia e suas controladas são calculados com base em aliquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relatório. Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. O lançamento de impostos se baseia no julgamento de profissionais da Companhia e suas controladas, suportado pela experiência anterior com relação a essas atividades e, em determinados casos, com base na opinião de consultores fiscais. **Impostos diferidos:** O imposto diferido é o imposto devido a recuperar sobre as diferenças temporárias entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real e é contabilizado pelo método do passivo. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todos os passivos fiscais que são reconhecidos quando provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Passivos fiscais diferidos não são reconhecidos se a diferença temporária for resultante do reconhecimento inicial de ativo. Os passivos fiscais diferidos foram reconhecidos sobre as diferenças temporárias associadas ao reconhecimento da amortização fiscal do ativo em combinação de negócios, e que somente serão reconhecidos contabilmente por meio de alienação ou eventual impairment. Os ativos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias dedutíveis somente são reconhecidos quando provável que haverá lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas e quando sua reversão for provável em um futuro previsível. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado no fim de cada período de relatório e reduzido quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele. Impostos diferidos são calculados com base nas aliquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou ao valor atual realizado, com base nas leis e aliquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia e suas controladas esperam, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando há um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam com os impostos incidentes pela mesma autoridade tributável onde há intenção de liquidar os impostos correntes e passivos em uma base líquida. **Imputo de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos do exercício:** O Imputo Renda e a Contribuição Social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios. **3.15. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas quando estas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial reconhecido ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Ativos financeiros:** Os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado, dependendo de sua classificação. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contras a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia e suas controladas tenham aplicado o expediente prático, a Companhia e suas controladas inicialmente mensuram um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo, ou para as quais a Companhia e suas controladas tenham aplicado o expediente prático, são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato de cliente, equivalente ao IFRS 9. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia e suas controladas para administrar ativos financeiros se refere a como gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultam da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo determinado ou conversão em moeda estrangeira (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados, pela Companhia e suas controladas, em duas categorias: - Ativos financeiros ao custo amortizado; - Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivo e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos, nem contabilidade de hedge. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado, os resultados financeiros são descritos acima. Os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descausamento contábil. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, mas, com variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) deve ser reconhecido quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem, ou (ii) a Companhia e suas controladas transferirem seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo e assumirem uma obrigação de pagar o montante do ativo transferido ou seu envolvimento contínuo. No terceiro nos termos de um contrato de repasse e/ou houve a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou não houve a transferência nem retenção substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, não ocorreu a transferência do controle do ativo. Quando a Companhia e suas controladas transferirem seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, retém os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferirem nem reterem substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferirem o controle do ativo, a Companhia e suas controladas continuam a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Neste caso reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia e suas controladas. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo, e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para perdas de crédito relacionadas para todos os instrumentos de dívida não delatados pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas são derivadas da análise dos fluxos de caixa contratuais desde os fluxos de caixa efetiva. O Grupo mantém uma provisão para créditos de liquidação duvidosa que, no julgamento da Administração, reflete as perdas inerentes a sua atividade.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o Exercício Findo em 31/12/2020, 2019 e 2018

descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhoraram a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **e) Cálculo do provisão para perdas:** Ao mensurar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas usam informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores não afetar uns aos outros. A perda por inadimplência é uma estimativa da perda resultante de inadimplência. Ela se baseia na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor esperaria receber, levando em consideração os fluxos de caixa de garantias e as melhorias de crédito totais. A probabilidade de inadimplência é um dado importante para a mensuração da perda de crédito esperada. A probabilidade de inadimplência é uma estimativa da probabilidade de inadimplência durante um período de tempo específico, cujo cálculo inclui dados históricos, pressupostos e expectativas de condições futuras. Risco significativo no risco de crédito impacta a perda de crédito esperada. Ao avaliar se o aumento de crédito de um ativo aumentou significativamente, a Companhia e suas controladas levam em consideração informações acerca do futuro qualitativas e quantitativas razoáveis e comprováveis. **f) Mensurações do valor justo e processos de avaliação:** Alguns dos ativos e passivos da Companhia e suas controladas podem ser mensurados pelo valor justo para fins de elaboração das demonstrações financeiras. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, são usados dados observáveis do mercado na medida em que estejam disponíveis. Quando não há informações de Nível 1 disponíveis, outras técnicas de avaliação são utilizadas e informações adequadas ao tema. Os ativos adquiridos líquidos dos passivos assumidos em combinações de negócio têm seus valores justos mensurados na data da aquisição. Determinadas premissas são adotadas pelos avaliadores para determinação de tais valores justos. A contraprestação contingente em combinações de negócios e ativos financeiros não derivativos mantidos para negociação são particularmente sensíveis a mudanças em ou em mais dados observáveis considerados razoavelmente possíveis no próximo exercício. **g) Mensurações das taxas de desconto de arrendamentos:** As taxas de desconto aplicadas na mensuração dos direitos de uso e passivos de arrendamento foram definidas pela Companhia considerando as taxas incrementais, uma vez que os contratos firmados não possuem a informação da taxa implícita. Para determinação das taxas incrementais, utilizadas como taxas de desconto, a Companhia utilizou informações dos contratos de arrendamento, e adotou premissas, tais como a estrutura de capital da Companhia e o risco do ambiente econômico do país.

5. Adoção de Pronunciamentos e Interpretações: 5.1. Normas e interpretações já adotadas pela Companhia e suas controladas: A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir de 01/01/2018: - CPC 47 - Receita de contratos com clientes, equivalente ao IFRS 15; - CPC 48 - Instrumentos financeiros, equivalente ao IFRS 9; - Alterações ao CPC 10 - Pagamento baseado em ações, equivalente ao IFRS 2; e - ICP 21 - Transações em moeda estrangeira e adiantamento, equivalente ao IFRIC 22. A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir de 01/01/2019: - O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, equivalente ao IFRS 16; - Alterações ao CPC 18 (R2) - Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto (equivalente ao IAS 28); Investimentos de longo prazo em coligadas e joint ventures; - Alterações ao CPC 33 - Instrumentos financeiros (equivalente ao IAS 19); Alteração, redução ou liquidação de plano de benefícios aos empregados; - Alterações ao CPC 48 - Instrumentos financeiros (equivalente ao IFRS 9); Características de pagamento Antecipado com compensação negativa; - ICP 22 - Incertezas sobre tratamentos de tributos sobre o lucro (equivalente ao IFRIC 23); e - Melhorias nas IFRSs (Ciclo 2015-2017, IFRS 3 e 11 e IAS 12 e 23). A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir de 01/01/2020: - Alterações ao CPC 15 (R1) - Definição de negócios; - Alterações ao CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 - Reforma da taxa de juros de referência; - Alterações ao CPC 26 (R1) e CPC 23 - Definição de Controlador; - Revisão no CPC 00 (R2) - Estrutura conceitual para relatório financeiro; e - Alterações ao CPC 06 (R2) - Benefícios relacionados a Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento. Apenas a adoção do CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, em vigor a partir de 01/01/2019, trouxe impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendatários ficam substancialmente mantidos. Os efeitos da adoção inicial desta nova norma e as expedientes práticos empregados estão detalhados nas notas explicativas nºs 3.7, 15 e 22. **5.2. Normas e interpretações que ainda não estão em vigor:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. A Sociedade pretende adotá-las, se cabível, quando entrarem em vigor. - IFRS 17 - Contratos de seguro, que entrará em vigor a partir de 01/01/2023; - Alterações ao IAS 1 - Classificação de passivos como circulante e não circulante, alterações válidas para períodos iniciados a partir de 01/01/2023. A administração da Companhia está estudando os eventuais impactos na adoção das referidas normas, no entanto, não é esperado impacto relevante sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em períodos futuros.

6. Caixa e Equivalentes de Caixa:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/20	31/12/19	31/12/18	31/12/20	31/12/19	31/12/18
Caixa	-	1	2	950	1.483	1.036
Conta corrente	-	1	2	33.334	16.579	14.383
Aplicações financeiras	1.219	207	-	33.999	38.719	2.415
Total	1.220	209	12	68.283	54.880	17.834

As aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários - CDB em renda fixa. O rendimento médio em 2020 foi de 100% do CDI (97% do CDI em 2019 e 70% do CDI em 2018). **7. Contas a Receber:**

	Controladora			Consolidado		
	31/12/20	31/12/19	31/12/18	31/12/20	31/12/19	31/12/18
Repasses a receber - nacional	-	-	-	542	642	390
Repasses a receber - exterior	-	-	-	3.053	2.557	1.045
PCLD - Repasses exterior	-	-	-	(143)	(80)	(11)
Outros valores a receber	-	-	-	39	49	41
Total	-	-	-	3.452	3.158	4.870

Repasses a receber: Os repasses incluem as faturas do bem vendido, a comissão e as taxas de administração devidas pelo arrematante. Apenas após o recebimento dos repasses e bem de terminado pode ser retirado. Até o final de 2020 todo o fluxo financeiro das operações era intermediado pelos leiloeiros (agentes independentes ao Grupo Superbid), responsáveis por realizar o repasse do valor do bem arrematado aos comitentes (vendedores) e as comissões e taxas ao Grupo Superbid. Desta forma, os valores de repasses a receber nacionais até a data eram, em sua maioria, devidos por estes leiloeiros independentes. A partir desta data, através da S4Payments, empresa de meio de pagamentos exclusiva para compradores e vendedores, o Grupo Superbid passou a concentrar todas as cobranças e pagamentos realizados. Sendo assim, os repasses nacionais passaram a ser devidos diretamente pelos arrematantes e não mais pelos leiloeiros, cabendo ao Grupo Superbid a distribuição de valores e comissões recebidas. Nas operações com as Empresas LATAM não há a intermediação pelo leiloeiro e os compradores podem realizar os pagamentos através de duas formas: (i) operações sem repasse: os pagamentos são feitos diretamente aos comitentes e a parte referente à comissão paga diretamente para as Empresas LATAM ou (ii) operações com repasse: a fatura é emitida no montante total e o comprador paga apenas para a empresa, sendo de responsabilidade das Empresas LATAM realizar o repasse do valor do bem aos comitentes. A composição dos saldos de repasses a receber, nacional e exterior, está apresentada a seguir:

	Consolidado		
	31/12/20	31/12/19	31/12/18
Até 30 dias	1.865	1.942	2.467
30 a 60 dias	274	421	2.069
Acima 60 dias	797	247	184

Vencido

	Consolidado		
	31/12/20	31/12/19	31/12/18
Até 30 dias	80	96	-
30 a 60 dias	220	124	159
Acima 60 dias	359	369	66
Total	3.595	3.199	4.945

O Grupo mantém uma provisão para créditos de liquidação duvidosa que, no julgamento da Administração, reflete as perdas inerentes a sua atividade.

8. Adiantamentos:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/20	31/12/19	31/12/18	31/12/20	31/12/19	31/12/18
Funcionários	-	7	7	469	558	407
Viagens	-	-	-	67	33	56
Fornecedores	50	47	-	1.577	1.038	313
Adiantamento para aquisição de participação societária (a)	-	-	-	-	-	2.000
Total	50	54	7	2.113	1.629	2.776

(a) Em 28/12/2018 a MaisAtivo adiantou R\$ 2.000 no processo de aquisição de participação societária na S4. A combinação de negócios foi tratada na nota explicativa nº12.

9. Tributos a Recuperar:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/20	31/12/19	31/12/18	31/12/20	31/12/19	31/12/18
Tributos sobre o lucro a compensar (a)	-	-	-	4.960	975	1.090
- Saldos negativos	-	-	-	581	103	143
Tributos retidos na fonte (b)	-	-	-	671	831	946
Tributos a compensar	379	233	238	205	626	706
IVA e outros tributos LATAM a compensar (c)	-	-	-	15	212	12
Total	379	233	238	6.432	2.747	2.897

(a) Créditos de IRPJ e CSLL por estimativa relativa a maior; (b) Tributos retidos derivado de operações de compra e emissão de notas de cobrança; (c) Inclui tributos específicos das Empresas LATAM, tais como IVA, IGV e ICA.

10. Tributos Diferidos:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/20	31/12/19	31/12/18	31/12/20	31/12/19	31/12/18
Ativo	-	-	-	1.229	1.058	-
Diferenças temporárias (a)	-	-	-	1.229	1.058	-
Circulante	-	-	-	944	529	-
Não circulante	-	-	-	285	529	-

(a) Diferenças temporárias entre a base contábil e fiscal de tributos sobre as receitas que advêm das operações nas Empresas LATAM.

Passivo

	Controladora			Consolidado		
	31/12/20	31/12/19	31/12/18	31/12/20	31/12/19	31/12/18
IRPJ e CSLL sobre ativo (a)	-	-	-	3.564	-	-
Total	-	-	-	3.564	-	-

(a) Passivo fiscal diferido por diferenças temporárias tributáveis relacionadas ao ativo na combinação de negócios realizada entre a MaisAtivo e S4, conforme nota explicativa nº 12. O passivo é reconhecido à medida em que é amortizado fiscalmente.

11. Outros Valores a Receber:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/20	31/12/19	31/12/18	31/12/20	31/12/19	31/12/18
Cauções - aluguel	-	-	-	500	590	592
Venda de participação societária (a)	848	-	-	848	-	-
Claudio Rubens	-	-	-	235	202	-
Outros valores a receber	-	-	-	292	593	750
Total	848	-	-	1.575	1.385	1.342

(a) Circulante: 725; 1.058; 750
Não circulante: 650; -; -
Não circulante: 1.575; 1.385; 750

(a) Saldo a receber em 31/12/2020 relativo à venda de 99% do capital social da S4A, com vencimentos até 2024, conforme nota explicativa nº 12.

12. Investimentos:

Os investimentos são representados pelos saldos a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/20	31/12/19	31/12/18	31/12/20	31/12/19	31/12/18
Investidas	998	581	196	-	-	-
S4PCobrança	191	909	-	-	-	-
S4Payments	8.792	4.179	4.687	-	-	-
MaisAtivo	10.147	10.447	6.091	-	-	-
SBWS	1.967	2.288	2.065	-	-	-
Peru	3.282	1.809	1.332	-	-	-
Colômbia	3.084	2.081	1.030	-	-	-
Argentina	-	-	-	-	-	-
Subtotal	28.461	22.294	15.401	-	-	-
Participação em não controlada (a)	22	22	22	22	22	22
Obras de arte	-	-	-	20	20	20
Total	28.483	22.316	15.423	42	42	42

Provisão para perda em investimento:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/20	31/12/19	31/12/18	31/12/20	31/12/19	31/12/18
S4A	-	-	-	(350)	-	-
Solutiuna	(2.408)	(1.424)	(1.462)	-	-	-
Chile	(3.682)	(2.365)	(1.591)	-	-	-
Total	(6.090)	(3.789)	(3.053)	-	-	-

(a) Participação na empresa SB Argentina S.A. ("SBA"). Em 2016 a Administração da companhia decidiu pelo encerramento de suas atividades comerciais, dando início ao processo de dissolução, que se estende até hoje. a) Movimentação dos saldos de investimentos: As movimentações nos saldos das investidas estão detalhadas a seguir.

	Aquisição de participação	Distribuição de dividendos	Ajustes de conversão	Resultado de equivalência patrimonial	
				31/12/20	31/12/20
Investidas	581	(498)	-	915	998
S4PCobrança	909	1.700	-	(2.418)	191
S4Payments	4.179	(6.447)	-	11.060	8.792
MaisAtivo	10.447	(8.454)	-	8.154	10.147
Webservices	2.288	(1.415)	12	1.082	1.967
Peru	1.809	(1.035)	873	1.956	3.282
Colômbia	2.081	(1.929)	199	2.733	3.084
Argentina	-	-	-	-	-
Total	22.294	1.700	(20.705)	1.084	24.088

Provisão para perda em investimentos

	Aquisição de participação	Distribuição de dividendos	Ajustes de conversão	Resultado de equivalência patrimonial	
				31/12/19	31/12/19
Investidas	196	(700)	-	1.085	581
S4PCobrança	-	996	-	(87)	909
S4Payments	4.687	(5.644)	-	5.136	4.179
MaisAtivo	6.091	(3.457)	-	7.813	10.447
Webservices	2.065	(1.765)	(86)	2.074	2.288
Peru	1.332	(1.035)	(444)	1.821	1.967
Colômbia	1.030	(1.035)	(44)	1.331	1.332
Argentina	-	-	(13)	1.831	2.081
Total	15.401	996	(13.513)	(397)	19.808

Provisão para perda em investimentos

	Aquisição de participação	Distribuição de dividendos	Ajustes de conversão	Resultado de equivalência patrimonial	
				31/12/20	31/12/20
S4A	(350)	104	-	246	-
Solutiuna	(1.462)	-	-	38	(1.424)
Chile	(1.59				

continuação
A movimentação do intangível consolidada de 31/12/2017 até 2020 é demonstrada a seguir:

Nota Explicativa às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o Exercício Findo em 31/12/2020, 2019 e 2018
(*) 7,5% dos recebimentos líquidos até os primeiros \$3.000.000 (pesos Argentinos) e 5% dos recebimentos líquidos a partir de \$3.000.001 (pesos Argentinos).

Nota Explicativa às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o Exercício Findo em 31/12/2020, 2019 e 2018
Taxa Desconto Mensal Vigência do contrato Vencimento

As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, em 31/12/2020, 2019 e 2018 (não descontados):

Atualização monetária de controle no exterior
Custos 31/12/19 31/12/20
Direito de uso software 5.002 - 184 - 2.773 - - 7.959

Salários a pagar
Encargos sobre a folha e recolhimento
Obrigações sindicais
Provisão de férias, 13º e encargos
Provisão de bônus

Quantidade de ações Participação (%)
Pavia Participações S/A 1.884.298 89,85%
André Ferreira Martins Assumpção 62.917 3,00%
Antonio dos Santos Maciel Neto 62.917 3,00%

Resultado Financeiro
Receitas financeiras 283 - - 2.101 1.664 1.168
Despesas operacionais 714 (33) (62) 2.672 (480) (192)

16. Transações com Partes Relacionadas
16.1. Mútuos:
Mútuos a receber
S/A 692 471 - 692 -
Chile 2.881 1.910 428 - -

16.2. Passivos de serviços:
Prestação de serviços
Prestador Tomador Natureza Valor mensal
Moyés MaisAtivo Jurídico 40

Passivos financeiros
Empréstimos e financiamentos
Nível 2 20.453 6.594 4.594 20.453 6.594 4.594

29. Imposto de Renda e Contribuição Social:
Receitas financeiras 283 - - 2.101 1.664 1.168
Despesas operacionais 714 (33) (62) 2.672 (480) (192)

16.3. Comodatário:
Existem os seguintes contratos entre partes relacionadas:
Comodatante Comodatário Bem Valor mensal

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis
relacionada a esse assunto. Solicitação de autorização junto ao Banco Central do Brasil:

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis
individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

relativas para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.